

Pobreza multidimensional: Dinâmica regional no Brasil entre 2019 e 2020

Multidimensional poverty: Regional dynamics in Brazil between 2019 and 2020

DOI: 10.23925/1806-9029.37i1(67)71955

Autores: Veronnica Carvalho Meira. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: meira.veronnica@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1023-3412>. Ana Cecília de Almeida. Doutora em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: ana.almeida@ufv.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8380-7202>. Andrezza Luiza Batista. Doutora em Economia Aplicada, Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: andrezalb@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2774-8305>.

Resumo

Este estudo constrói e analisa o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nas regiões do Brasil, comparando 2019 e 2020 com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em meio à pandemia de Coronavírus, contextualiza-se a pobreza e suas facetas. Para alcançar o objetivo utilizou-se da metodologia de Alkire-Foster, que permite analisar a pobreza além da renda. As dimensões utilizadas foram Desenvolvimento Infantil, Mercado de Trabalho e Disponibilidade de Recursos. Dentre os principais resultados encontrados, observou-se um aumento de 3,3 pontos percentuais no IPM entre 2019 e 2020, com o Sul e Centro-Oeste registrando menor IPM e o Norte e Nordeste maior. Tais fatores são importantes para orientar a elaboração de políticas públicas, especificamente nas regiões e nas dimensões verificadas.

Palavras-chave: pobreza multidimensional; privação; pandemia; regiões brasileiras.

Abstract

This study built and examines the Multidimensional Poverty Index (MPI) in Brazil's regions, comparing 2019 and 2020 using data from the National Household Sample Survey by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. In the Coronavirus pandemic, poverty and its facets are contextualized. To achieve this, the Alkire-Foster methodology was employed, allowing for an analysis of poverty that goes beyond income. The dimensions considered were Child Development, Labor Market, and Resource Availability. Among the key findings, there was a 3.3 percentage point increase in MPI between 2019 and 2020, with the South and Midwest regions recording the lowest MPI and the North and Northeast recording the highest. These factors are crucial for guiding the development of public policies, particularly in the regions and dimensions examined.

Keywords: multidimensional poverty; deprivation; pandemic; brazilian regions.

JEL: I32.

Introdução

A pobreza sempre foi considerada um grande problema socioeconômico, que perdura ainda no século XXI. Nesse sentido, faz-se necessário entender suas origens e suas causas principais para, assim, extingui-la. Segundo Deaton (2017), a pobreza gera perdas de bem-estar e de qualidade de vida e sua erradicação tem se tornado um dos principais desafios para as nações.

Mesmo que gradualmente, a pobreza no Brasil vem se reduzindo ao longo do tempo. De acordo com Osório, Soares e Souza (2011), houve uma grande evolução do combate à extrema pobreza no Brasil a partir de 2003. Neste ano, cerca de 17 milhões de brasileiros tinham renda domiciliar *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo. O número de brasileiros que enfrentavam a extrema pobreza, era um a cada dez. Já no ano de 2009, o número de indivíduos sobrevivendo abaixo da mesma linha de pobreza³⁵ reduziu para a metade. No entanto, a quantidade de indivíduos extremamente pobres ainda era cerca de 9 milhões. Osório, Soares e Souza (2011) atribuem a redução à ampliação dos programas de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família, que, segundo Weissheimer (2006), teve um significativo impacto na vida de milhões de pessoas.

De acordo com os dados disponibilizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a porcentagem da população brasileira vivendo em condições de pobreza diminuiu de 36,8% no ano de 2004 para 16,5% no ano de 2014. No entanto, após um período de quedas significantes, a porcentagem de pobreza voltou a crescer no Brasil, atingindo 21,2% em 2017. Em concordância com os dados, Melo e Silva (2022) diz que a redução da pobreza no século XXI ocorreu até o ano de 2014, e, a partir disso, o Brasil passou a vivenciar uma grave crise política e econômica, resultando em uma instabilidade que ocasionou o aumento do número de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Ao analisar os anos mais recentes, uma nova queda é observada. Segundo dados do Banco Mundial (2023), a porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza³⁶ saiu de 26% em 2019 para 19% em 2020 e considerando a linha de extrema pobreza³⁷ houve uma redução de 3,4 pontos percentuais (saindo de 5,4% em 2019 para 2,0% em 2020). De certa forma, essa queda também é resultado de políticas de transferência de renda, que neste caso foram implementadas devido a necessidade de enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19) vivenciada entre 2020 e 2023.

No entanto, essas avaliações da pobreza utilizam apenas a ótica monetária, que possui algumas limitações. De acordo com Rocha (2003) a renda, apesar de extremamente útil para avaliar a privação dos indivíduos, é unidimensional. De acordo com Bezerra, Khan e Rocha (2015) o estudo sobre pobreza deve não apenas fazer referência a renda, deve-se englobar também condições sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais e ambientais. Para Sen (1999; 2018), a pobreza é fundamentada em duas representações

³⁵ ¼ do salário-mínimo do ano de referência.

³⁶ A linha de pobreza considerada é a de paridade de poder de compra, que considera \$6,28 por dia *per capita*.

³⁷ A linha de extrema pobreza considerada é a de paridade de poder de compra, que considera \$2,15 por dia *per capita*.

interrelacionadas: a primeira é referente aos estados e as ações em que os indivíduos pretendem viver e a segunda está relacionada à capacidade, no que se diz respeito à possibilidade de o indivíduo estar capacitado para realizar sua liberdade de escolha em relação aos diferentes caminhos prováveis. Dessa forma, os indicadores de privação analisados podem diversificar em fatores básicos como saúde e nutrição, até fatores mais específicos, como felicidade e sensação de respeito (Sen, 1999; 2018). Assim, para estudar a pobreza é necessário compreender sua natureza, especificidades, dimensão e efeitos, para que se possa dar enfoque para as áreas prioritárias de interferência e, com isso, poder dissipá-la.

Em relação às especificidades da pobreza no Brasil, Brady e Burton (2016), sugerem que o *status* da pobreza multidimensional varia regionalmente, impactando de maneira diferente as fontes de privação da população. No Brasil, regiões como o Nordeste enfrentam desafios como habitação inadequada e acesso limitado à educação, justificando uma análise detalhada de seus indicadores. Silva *et al.* (2017) enfatizam a necessidade de mensurar a pobreza além da renda no Brasil para entender melhor as realidades regionais e formular políticas direcionadas, dadas a diversidade das regiões do Brasil. Seu estudo, abrangendo 2009 a 2015, revela uma redução na pobreza multidimensional, com o Norte e Nordeste enfrentando uma pobreza mais severa. Ademais, destaca que as zonas rurais são consideradas mais pobres do que áreas urbanas devido a heterogeneidade, dispersão e falta de infraestrutura básica. Os autores defendem políticas adaptadas que abordem dimensões-chave da pobreza: educação, trabalho e demografia, comunicação, informação e saúde (Silva *et al.*, 2017). Ramos e Mendonça (2005), destacam o desconforto do Brasil entre as nações com alta desigualdade. A desigualdade extrema prejudica o potencial do país e amplia a lacuna entre os ricos e os pobres. A pobreza, argumentam os autores, pode tanto decorrer quanto perpetuar a extrema desigualdade de renda, limitando a eficácia do crescimento econômico nos esforços de redução da pobreza (Ramos; Mendonça, 2005).

A partir dessas considerações, o objetivo deste estudo é criar e analisar um Índice de Pobreza Multidimensional domiciliar para as cinco regiões do Brasil em 2019 e 2020, visando avaliar a situação da pobreza e de indigência da população brasileira e comparar um período anterior e um durante a pandemia do COVID-19. Na mensuração do índice serão considerados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para definição dos indicadores, serão considerados diferentes aspectos como Desenvolvimento Infantil, Mercado de Trabalho e Disponibilidade de Recursos. O propósito é fornecer uma análise multidimensional e regional para orientar políticas públicas mais eficazes, especialmente em áreas vulneráveis à pobreza. Acredita-se que resultados contribuirão para o avanço do debate científico nesse campo.

Ademais, a análise permitirá verificar um período atípico, a pandemia da COVID-19, que teve início em março de 2020 e foi declarada pela Organização Mundial da Saúde um risco à saúde pública devido ao aumento do número de casos do vírus altamente transmissível. Esta crise sanitária, econômica e social, impactou negativamente o mercado de trabalho, as cadeias globais de abastecimento, afetando diretamente a renda, o bem-estar familiar e a dinâmica de oferta e demanda de bens e serviços, gerando um ambiente de incertezas propício ao agravamento da pobreza (Quinzani, 2020; Arena, 2021). Contudo, programas governamentais, como o Auxílio Emergencial e o Programa

Emergencial de Suporte a Empregos, podem ter contribuído para atenuar a pobreza monetária no país (Moura, 2021). Visto que, como citado anteriormente, se por um lado, em momentos de crise econômica e política observa-se um aumento na pobreza (Melo; Silva, 2022), por outro, programas de transferência de renda podem contribuir para sua redução (Singer; Silva; Schiochet, 2014; Moura, 2021). Moura (2021) mostra uma significativa redução na pobreza ao analisar os dados da PNAD COVID19 e os impactos dos programas de transferências de renda, como os auxílios emergenciais. No entanto, é de se esperar que a pandemia tenha afetado diferentes indicadores de vulnerabilidade no Brasil, não se restringindo apenas à ausência de renda.

Em termos de organização, além desta introdução, o presente estudo se divide da seguinte forma: a seção 2 apresenta-se a definição de pobreza e suas múltiplas dimensões, assim como os principais trabalhos que abordam sua mensuração e discussão; na seção 3 são apresentados os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizados para a análise da identificação da pobreza; as seções 4 e 5, expõem, respectivamente, a análise dos resultados obtidos e a conclusão do estudo.

Pobreza Multidimensional: conceituação e evidências empíricas

A compreensão da pobreza passou por diversas abordagens ao longo dos anos, refletindo sua complexidade e o reconhecimento de que a renda não é a única variável relevante para analisar a privação social. Dentre os diversos conceitos de pobreza desenvolvidas no Século XX, Codes (2008) destaca cinco: subsistência, necessidades básicas, privação relativa, privação de capacidades e pobreza multidimensional.

O termo de subsistência define a pobreza com base na renda necessária para a sobrevivência estritamente física do indivíduo, sendo essa uma abordagem unidimensional. A abordagem das necessidades básicas, continua considerando a pobreza como a ausência de recursos necessários para a sobrevivência, mas amplia essa visão ao incluir não apenas a renda, mas também outras necessidades fundamentais para uma vida digna. Isso abrange tanto os consumos privados básicos, como alimentação e vestuário, quanto o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte público (Rocha, 2003). Já a privação relativa vem da concepção que a pobreza varia de acordo com o tempo e o contexto social em que a pessoa está inserida, sendo ela comparativa (Rocha, 1997).

Em relação as abordagens de privação de capacidades e pobreza multidimensional, tem-se o economista Amartya Sen com um dos principais teóricos. Ele argumenta que a análise da pobreza deve considerar as capacidades das pessoas, ou seja, suas reais oportunidades de alcançar uma vida digna. Essa abordagem inclui uma análise mais abrangente dos fatores que afetam o bem-estar, como saúde, educação e liberdade (Sen, 1983). A partir dessa concepção, Sen propõe uma perspectiva multidimensional da pobreza, que examina como a privação de direitos básicos limita o desenvolvimento individual.

Sen (1999) enfatiza que a abordagem das capacidades vai além da renda na compreensão da pobreza, destacando a necessidade de políticas públicas que não se concentrem exclusivamente nesse aspecto. Em contraposição à focalização única na renda, políticas

de combate à pobreza devem direcionar investimentos em educação com o intuito de capacitar as pessoas a alcançarem as liberdades desejadas e se tornarem membros ativos da sociedade. Como consequência, o aumento das capacidades humanas tende a acompanhar o crescimento da produtividade e da capacidade de gerar renda (Sen, 1999). Complementando essa teoria, Nussbaum (2003) apresentou uma lista de capacidades fundamentais que serviriam como um nível mínimo de funcionalidades que todo indivíduo deveria ter para ser capaz de viver uma vida plena e digna. As capacidades são: (i) viver uma vida plena e de qualidade; (ii) saúde, nutrição e habitação adequados; (iii) liberdade corporal, de ir e vir e segurança; (iv) liberdade de pensamento, imaginação e expressão; (v) desenvolvimento emocional e laços afetivos; (vi) capacidade de pensamento crítico; (vii) liberdade de interação social, amor e dignidade; (viii) convivência com outras espécies; (ix) recreação e lazer; (x) controle sobre o ambiente, incluindo participação política, propriedade e igualdade de oportunidades (Nussbaum, 2003).

Metodologicamente, para medir a pobreza de um país, é crucial definir linhas de referência, como a linha de pobreza e a linha de indigência. A linha de indigência indica carência severa das capacidades, o que delimita a condição de pobreza extrema. Singer, Silva e Schiochet (2014) reforçam que a pobreza extrema é multifacetada, manifestando-se na falta de acesso a serviços sociais, insegurança alimentar e condições precárias de trabalho. Os autores defendem que para superar a pobreza extrema é necessária uma abordagem multidimensional em políticas públicas. Além da compreensão de necessidades, é preciso estimular a expansão das capacidades, o que pode ser feito por meio de transferência de renda, da oferta de serviços públicos de qualidade e da inclusão no mercado de trabalho que possa garantir uma renda mínima e uma condição adequada de emprego (Singer; Silva; Schiochet, 2014).

A mensuração da pobreza multidimensional tem sido uma importante ferramenta para entender as privações que afetam as pessoas de maneira mais abrangente do que os indicadores monetários tradicionais. Como apresentado, a abordagem considera múltiplas dimensões do bem-estar, como saúde, educação, condições de moradia e padrão de vida, oferecendo uma visão mais completa da situação de vulnerabilidade de um indivíduo. O índice de pobreza multidimensional, por exemplo, mede simultaneamente as carências em diferentes áreas, captando a intensidade e a amplitude das privações vivenciadas pelos indivíduos. A vantagem desse método é permitir identificar de forma mais precisa quais aspectos demandam maior atenção nas políticas públicas, auxiliando no melhor direcionamento dos esforços para promover o desenvolvimento humano e reduzir as desigualdades (Alkire; Foster, 2011). Essa perspectiva revela que a pobreza é um fenômeno complexo e interconectado, que exige soluções integradas para romper o ciclo de privações que perpetua a vulnerabilidade social.

Estudos empíricos têm reforçado a importância dessa abordagem no Brasil. Silva, Bruno e Silva (2020) realizaram uma análise da pobreza multidimensional no Brasil de 2004 a 2015, considerando saúde, educação e padrão de vida. Os resultados obtidos por eles mostram que houve uma redução de 37% na pobreza multidimensional e de 53% na pobreza extrema nesse período. Entretanto, a população vulnerável aumentou ligeiramente. Embora tenha havido melhoria nas condições de vida, sair da pobreza não resolve completamente o problema. Comparando com a pobreza medida apenas pela



renda, ambos os indicadores de pobreza multidimensional e de renda diminuíram. No entanto, o IPM identificou uma proporção maior de pobres, cerca de 32 milhões em 2015 (Silva; Bruno; Silva; 2020).

Batista (2023) obteve resultados similares para os mesmos anos de análise (2004 a 2015), considerando 11 indicadores em 4 dimensões: educação, emprego, renda e condição de moradia. Seus resultados apontam que de fato há redução da pobreza no Brasil durante o período avaliado. No entanto, ao se avaliar os componentes do IPM, é possível observar um leve aumento na intensidade da privação vivenciada pelas pessoas abaixo da linha de pobreza multidimensional. Além disso, a autora aponta que a maioria das pessoas pobres, utilizando-se múltiplos critério para a mensuração da pobreza, no Brasil são as mulheres, pessoas negras, residentes nos estados do Norte e Nordeste e residentes em áreas rurais.

Ottonelli (2013) analisa a pobreza multidimensional no Nordeste brasileiro, utilizando 19 indicadores em quatro dimensões: saúde, renda, condições habitacionais e educação. Seus resultados revelam privações em educação, serviços habitacionais básicos e renda mensal nos municípios do Nordeste. Especificamente, a dimensão de renda tem maior impacto no Piauí, enquanto em outros estados a pobreza está mais relacionada às condições habitacionais. Isso sugere que a pobreza resulta de várias dimensões, variando conforme o local. Por sua vez, no estudo de Vieira, Kuhn e Marin (2017) é medida a pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (RS), considerando educação, condições domiciliares, saúde, condições sanitárias, renda e trabalho. Conclui-se que o investimento na redução da pobreza não deve centrar-se exclusivamente na falta de renda, pois isso confunde os meios com os fins. O objetivo não é apenas aumentar a renda, mas sim promover maior liberdade para que as pessoas façam o que desejam (Vieira; Kuhn; Marin, 2017).

Ademais, é necessário destacar que os últimos anos foram marcados pela pandemia da COVID-19, um dos maiores desafios sanitários globais dos últimos tempos. De acordo com Werneck e Carvalho (2020) o insuficiente conhecimento científico sobre o coronavírus, sua alta velocidade propagação e elevada mortalidade geraram incertezas em relação às medidas necessárias para combatê-lo. No Brasil, a desigualdade social, a falta de acesso à água e condições precárias de moradia ampliaram os desafios (Werneck; Carvalho, 2020). A sobrecarga do sistema de saúde público e os baixos investimentos resultaram em ineficiência, especialmente para os mais vulneráveis. Além disso, as medidas sanitárias restritivas se mostraram inviáveis para pessoas em situação precária, como moradores de comunidades e pessoas privadas de liberdade e comunidades indígenas (Quinzani, 2020). Como consequência desse período atípico, as pessoas perderam ou precisaram deixar de buscar fontes de renda. Buscando mitigar os impactos econômicos da pandemia foi necessário implementar programas de transferência de renda no Brasil, como o Auxílio Emergencial, o Auxílio Emergencial Residual e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Moura, 2021).

Segundo Moura (2021) os programas emergenciais de transferência de renda resultaram em uma considerável redução nos níveis de pobreza, medida tanto em sua extensão quanto em sua intensidade. Utilizando a linha internacional de pobreza e de extrema pobreza, definida pelo Banco Mundial (US\$5,50 e US\$1,90 per capita diários, com PPP de 2011, respectivamente), as taxas de pobreza caíram 14,9% e 62,5% em agosto de

2020, em comparação com 2019. No que tange à desigualdade de renda, as transferências de renda realizadas no período pandêmico foram significativas para que os níveis se mantivessem estáveis (Ribeiro; Bagolin, 2023).

Tavares e Betti (2020), em um estudo sobre a pobreza durante a pandemia, destacam a relação entre pessoas carentes no Brasil e sua capacidade de prevenir e se recuperar da COVID-19. Eles identificam carências estruturais e grande desigualdade regional, resultando na incapacidade dessas pessoas de adotar completamente as medidas preventivas recomendadas e no sistema de saúde inadequado para evitar mortes pela doença (Tavares; Betti, 2020). As estimativas revelam desigualdades significativas entre as regiões, com os estados mais vulneráveis apresentando maior aumento nas taxas de mortalidade. A pobreza monetária é destacada como um fator influente na luta contra a pandemia. Além disso, uma análise multidimensional da pobreza mostra que os índices monetários complementam, e não competem com os índices não monetários (Tavares; Betti, 2020).

Metodologia: O método de Alkire-Foster para caracterização da pobreza multidimensional

Para medir a pobreza multidimensional nas regiões do Brasil, foi construído um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) utilizando a metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2011a). Conforme discutido anteriormente, é fundamental adotar uma abordagem que vá além da mensuração monetária para retratar a pobreza. Principalmente em um período de crise que impactou não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e sanitários. Sendo assim, considerar apenas a renda subestimaria o problema vivenciado. Dessa forma, o método Alkire-Foster (AF) possibilita a inclusão de diversas dimensões em uma única medida.

É válido, ainda, destacar que o método AF foi a metodologia escolhida no presente trabalho por sua reconhecida relevância na mensuração da pobreza multidimensional e pela flexibilidade em capturar diferentes dimensões de privação, ajustando-se às especificidades de cada contexto (Alkire; Foster, 2011b), incluindo o brasileiro. Essa abordagem permite tanto a comparabilidade internacional quanto a adaptação a realidades locais, uma vez que os indicadores e os pesos podem ser definidos com base nas características mais pertinentes ao Brasil. Além de ser uma das contribuições metodológicas mais recentes e amplamente aceitas na literatura, a escolha desse método se justifica pela sua robustez e ampla utilização acadêmica (Alkire; Foster, 2011b; Alkire; Santos, 2014; Rodrigues, 2014; Fahel; Teles; Caminha, 2016; Balbino; Cruz; Antigo, 2021; Batista, 2023). Embora existam outras metodologias aplicáveis ao caso brasileiro, o método AF se destaca por proporcionar uma compreensão aprofundada das múltiplas dimensões da pobreza e por sua capacidade de orientar políticas públicas mais eficazes.

As dimensões analisadas no presente trabalho são i) Desenvolvimento Infantil, ii) Mercado de Trabalho e iii) Disponibilidade de Recursos, selecionadas de acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006) e Santos e Almeida (2023). A dimensão de Desenvolvimento Infantil é crucial, já que o acesso à educação de qualidade é fundamental para promover a igualdade social (Kappel, 2007). Apesar do direito à educação infantil estar assegurado pela Constituição Federal de 1988, persistem falhas

que podem ter sido exacerbadas durante a pandemia. Segundo Kappel (2007), a renda familiar limitada e os recursos públicos escassos são obstáculos ao acesso à educação na primeira infância, desafios ampliados pela pandemia de COVID-19. Por sua vez, a dimensão do Mercado de Trabalho é importante de ser analisada, já que o acesso ao trabalho define a oportunidade que um indivíduo tem de usufruir de sua capacidade produtiva (Barros; Carvalho; Franco, 2006). Já a Disponibilidade de Recursos é essencial para conquistar bens e serviços que permitem viver uma vida digna (Barros; Carvalho; Franco, 2006).

Para cada uma das dimensões escolhidas, é necessário determinar seus indicadores e suas linhas de corte. Na dimensão de Desenvolvimento Infantil, temos apenas um indicador que é o “Acesso à educação infantil”, o mesmo acontece na dimensão de Disponibilidade de Recursos, que tem o indicador “Padrão de vida”. Já na dimensão Mercado de Trabalho, são incluídos três indicadores relevantes: “Qualidade de Emprego”, “Oportunidade de emprego” e “Tempo de lazer”. As linhas de corte definem os pontos a partir do qual os indivíduos são considerados privados daquele indicador. As linhas para cada indicador podem ser vistas no Quadro I.

Quadro I Dimensões, indicadores, ponto de corte da privação e peso

Dimensões	Indicadores	Privado se	Pesos
<i>Desenvolvimento Infantil</i>	Acesso à educação infantil	Na família ao menos uma criança (de 5 a 17 anos) esteja fora da escola	1/3
<i>Mercado de Trabalho</i>	Qualidade de Emprego	Na família não tenha ocupados no setor formal	1/9
	Oportunidade de emprego	Na família menos da metade dos membros em idade ativa (14 anos ou mais) estão ocupados	1/9
	Tempo de lazer	Na família tenha membros em idade ativa (14 anos ou mais) que trabalhem por 10 horas ou mais por dia	1/9
<i>Disponibilidade de Recursos</i>	Padrão de vida	A renda familiar per capita está abaixo da linha da pobreza ⁴	1/3

Fonte: Elaboração Própria.

Os pesos dados a cada dimensão e indicador foram definidos com base em Vieira, Kuhn e Marin (2017). Assim, foram utilizados pesos iguais para cada dimensão e para cada indicador dentro de cada dimensão. De acordo com Alkire *et al.* (2010) ponderar igualmente as dimensões facilita a interpretação dos resultados e sua aplicação para realizar políticas públicas. No Quadro I é possível ver os pesos aplicados a cada indicador. Uma vez aplicados os pesos, segue-se para a determinação do número de indicadores em que cada indivíduo tem privação, o que gera o chamado de score de privação.

Para considerar uma pessoa multidimensionalmente pobre, é preciso identificar o ponto de corte k , que é o número de privações que o indivíduo precisa ter para que seja considerado pobre, considerando a soma ponderada dos indicadores. No IPM analisado, com base em Alkire e Santos (2014) e Batista (2023), será utilizada a linha de corte de $\frac{1}{3}$ (33%) de todos os indicadores considerados, assim, o indivíduo será considerado como pobre apenas se a soma ponderada dos indicadores for superior ao ponto de corte selecionado ($k = 33\%$). Com isso, é possível calcular as três medidas do IPM: a Incidência da Pobreza, H , a Intensidade da Pobreza, A , e a Incidência Ajustada, $M0$.

A Incidência de Pobreza (H) apresenta a proporção de pessoas pobres (q) que são privadas em k ou mais indicadores sobre o total de indivíduos (n):

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

A Intensidade da Pobreza (A), por sua vez, retrata quantos indicadores, em média, os indivíduos pobres têm de privações. Ele é significativo por conseguir compreender a intensidade da pobreza. De acordo com Alkire e Foster (2009), a intensidade da pobreza média é estimada através da soma da proporção total de privações que cada indivíduo tem (c) dividido pela proporção de pessoas pobres (q):

$$A = \frac{c}{q} \quad (2)$$

Por fim, a incidência ajustada ($M0$) aponta a dimensão de privações que o indivíduo pobre sustenta relacionado ao número máximo de privações que a população em um todo poderia sofrer. Quando $M0 = 1$, significa que toda a população é privada em relação a todos os indicadores/dimensões considerados (Gallo; Roche, 2011). O cálculo da incidência ajustada, $M0$, consiste na multiplicação da intensidade de pobreza (A) pela contagem dos pobres (H):

$$M0 = H \times A \quad (3)$$

Faz-se necessário destacar que como a intensidade da pobreza considera a proporção de privações que cada pessoa sofre, se a pessoa I for privada em três indicadores ao invés de dois, o índice aumentaria. É importante ressaltar, ainda, que $M0$ pode ser decomposto para cada subgrupo da população. No presente trabalho, a medida é decomposta para as regiões brasileiras.

Base de dados e amostra

Os dados do presente trabalho foram extraídos da base de dados da PNADC publicada pelo IBGE. Compete à PNADC analisar as flutuações trimestrais e informações necessárias para realizar estudos de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, dados referentes à educação, mercado de trabalho, renda, condições de moradia entre outros. Essa é uma base de dados amostral que inclui informações individuais e domiciliares, sendo representativa da sociedade brasileira ao utilizar os pesos de amostragem nas estimações, o que é feito no presente trabalho. Para este estudo foram utilizados os anos de 2019 e 2020 sendo a unidade de observação as famílias brasileiras, visando compreender a pobreza a partir das características familiares. Com isso, reconhece-se a influência do contexto domiciliar e familiar na situação de cada indivíduo. Sendo assim, a amostra contém 605.104 observações para o ano de 2019 e 431.415 observações para o ano de 2020. Em ambos os períodos, a amostra foi formada em sua maioria por homens, não brancos, que residem na região sudeste e no meio urbano.

Resultados: O IPM para o Brasil

Os resultados apresentados a seguir se referem à determinação da pobreza no Brasil e em suas regiões para o ano de 2019 e 2020. Primeiramente, apresentam-se os resultados da aplicação da primeira linha de corte, na qual identifica quem é privado e quem não é em cada indicador, ou seja, quem apresenta ou não aquela carência. Em seguida, calcula-se o percentual de famílias em situação de pobreza em cada indicador. Tais resultados são apresentados nos Quadros 2 e 3, assim como nas Figuras 1, 2 e 3.

Quadro 2 Percentual de famílias privadas por indicador e por regiões do Brasil, 2019

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	%					
Desenvolvimento Infantil						
Acesso à educação infantil	6,02	7,97	6,22	5,77	5,05	5,94
Mercado de Trabalho						
Qualidade de emprego	34,17	48,29	51,56	26,71	21,90	27,71
Oportunidade de emprego	16,08	19,47	21,16	14,65	11,27	13,15
Tempo de lazer	30,59	29,32	37,51	28,62	27,83	25,23
Disponibilidade de Recursos						
Padrão de vida	58,10	69,38	74,11	51,36	48,50	49,97

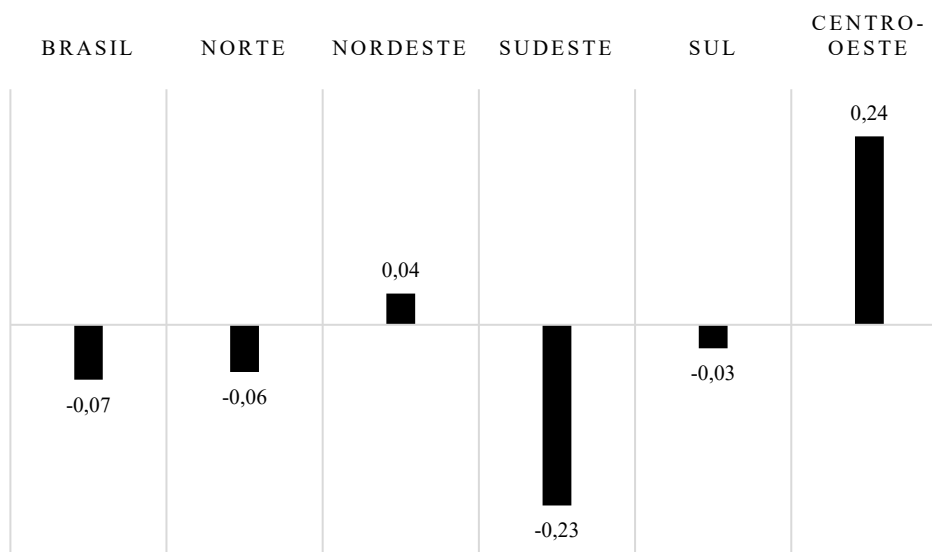
Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 3 Percentual de famílias privadas por indicador e por regiões do Brasil, 2020

<

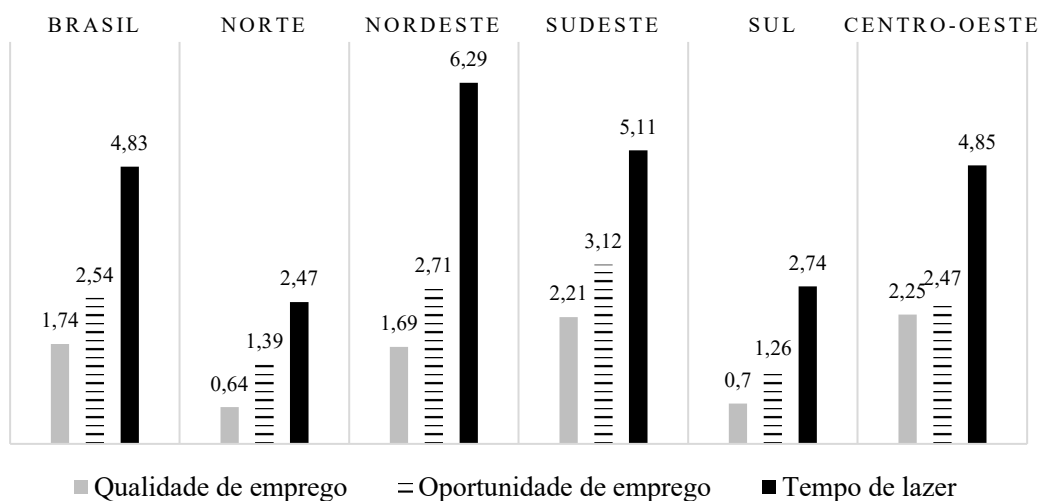
Fonte: Elaboração Própria.

Figura 1: Diferença no percentual de famílias pobres para a dimensão desenvolvimento infantil entre 2019 e 2020



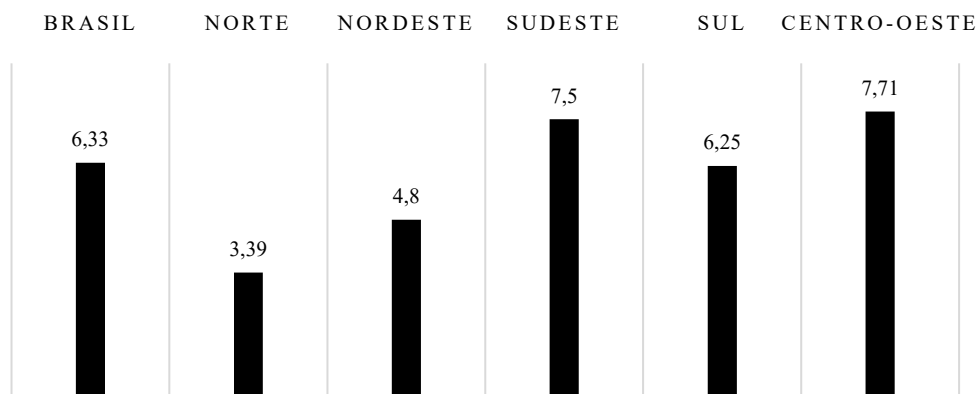
Fonte: Elaboração Própria.

Figura 2: Diferença no percentual de famílias pobres para a dimensão de mercado de trabalho entre 2019 e 2020



Fonte: Elaboração Própria.

Figura 3: Diferença no percentual de famílias pobres para a dimensão disponibilidade de recursos entre 2019 e 2020



Fonte: Elaboração Própria.

É possível concluir pelos dados apresentados que em todos os indicadores e regiões do Brasil, exceto o acesso à “Educação Infantil”, o percentual de pobres aumentou comparando 2019 a 2020. Em relação à “Educação Infantil”, o aumento ocorreu apenas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, em todas as regiões observa-se que a variação neste indicador foi muito pequena, de menos de 0,3 pontos percentuais, o que se pode considerar uma variação pouco significativa, podendo concluir que não houve variação deste indicador entre os anos.

Na região Nordeste, destaca-se o maior aumento na privação em relação ao “Tempo de Lazer” (6,29 p. p.), sendo esta a maior variação comparado a todos os outros indicadores em todas as outras regiões. Em concordância com os dados, Bridi *et al.* (2020) destaca as modificações nas condições de trabalho, em especial o aumento de horas diárias trabalhadas e de dias trabalhados semanalmente durante a pandemia. O percentual médio de pessoas trabalhando mais de 8 horas por dia, comparando antes e durante a pandemia, alterou de 16,11% para 34,44%, resultando em um aumento de 18,33 pontos percentuais. O aumento das horas trabalhadas contribui para o aumento da privação de “Tempo de Lazer”.

Para as regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste o maior aumento na proporção de famílias privadas se deu no indicador de “Padrão de Vida” (6,25, 3,39, 7,50, e 7,71 p. p., respectivamente). Cabe ainda salientar, ainda, que ele foi o indicador que mais apresentou percentual de famílias privadas, em todas as regiões. Entretanto, é importante destacar que nesse indicador não foram considerados os programas de transferência de renda utilizados durante a pandemia, que poderiam servir para amenizar as privações sofridas pelas famílias brasileiras nessa dimensão. De acordo com Ramos (2021), a extrema pobreza foi amenizada diante do Auxílio Emergencial. Segundo a autora, o indivíduo que não recebeu o auxílio, apresentou uma situação de extrema pobreza duas vezes maior do que quem recebeu (Ramos, 2021).

No entanto, o presente trabalho busca identificar a pobreza além da variável renda, buscando não apenas amenizar essas distorções, mas verificar a pobreza em outros aspectos e analisar suas mudanças dado o cenário da pandemia. Para isso, foi construído o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Na Tabela 2 são apresentados os resultados para a incidência da pobreza (H), a intensidade da pobreza média (A) e a incidência ajustada (M0).

Tabela 1: Incidência da pobreza (H), Intensidade média da pobreza (A) e a incidência ajustada (M0) – 2019 e 2020

	H		A		M0	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
k = 1/3	%					
Brasil	69,4	75,1	47,9	48,6	33,2	36,5
Norte	80,1	82,9	49,7	49,8	39,8	41,3
Nordeste	83,8	87,0	50,5	51,4	42,3	44,7
Sudeste	62,4	70,1	46,3	47,2	28,9	33,1
Sul	57,8	63,7	45,0	45,2	26,0	28,8
Centro-Oeste	60,9	68,4	45,8	46,9	27,9	32,1

Fonte: Elaboração Própria.

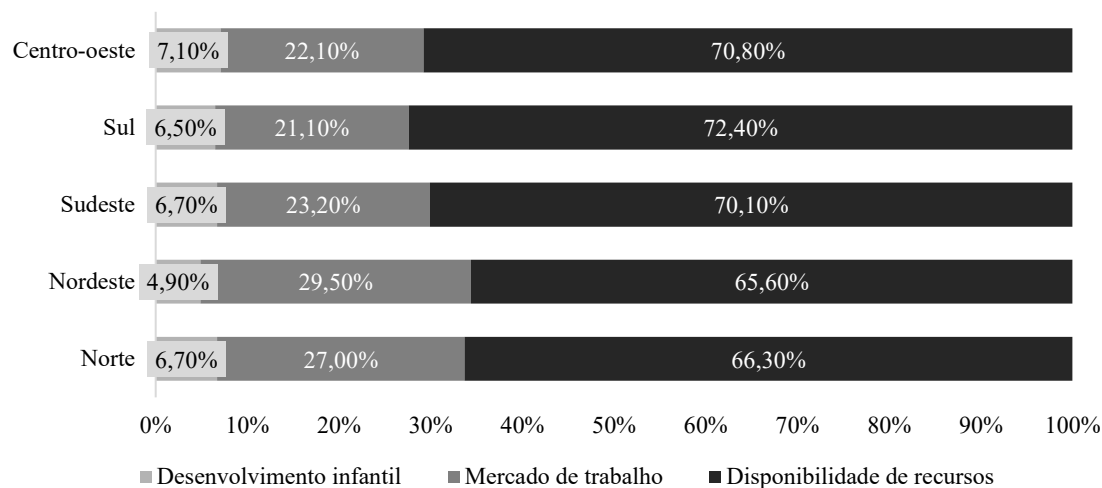
Observa-se que, em 2019, no Brasil, 69,4% dos indivíduos eram pobres utilizando a mensuração multidimensional da pobreza, de acordo com a contagem dos pobres (H), que salienta a proporção de pessoas pobres que são privadas em k ou mais indicadores do total de indicadores analisados. A intensidade da pobreza é definida por A e em 2019 os pobres eram privados em 47,9% dos indicadores, quase a metade dos indicadores. A medida de pobreza multidimensional ($M0 = H \cdot A$), é o índice de pobreza multidimensional, uma medida aguda que leva em conta a intensidade e a contagem. Quanto mais perto da unidade mais pobre é a população analisada. Ao considerar a população brasileira no ano de 2019, observa-se que o índice de pobreza multidimensional foi de 33,2%.

Em relação ao ano de 2020, observa-se pela contagem dos pobres que 75,1% dos indivíduos eram pobres em múltiplas dimensões, com um aumento de 5,7 p. p. em relação ao ano de 2019. Referente à intensidade da pobreza definida por A, em 2020 os pobres eram privados em 48,6% dos indicadores, sendo este valor levemente maior que o do ano de 2019 (0,7 p. p.). A medida de pobreza multidimensional, dado por $M0 = H \cdot A$, mostrou que a população brasileira em 2020 apresentou um índice de pobreza multidimensional de 36,5%, ou seja, 3,3 p. p. a mais do que no ano de 2019.

Partindo-se para a análise regional, observa-se que as piores condições estão concentradas no Nordeste e Norte do país. Nos dois anos em análise, o IPM está maior em comparação às outras regiões, o que evidencia que além do fato de que a quantidade de pobres tenha aumentado, e as desigualdades regionais se perpetuam. De acordo com Silva, Bruno e Silva (2020) as regiões Norte e Nordeste historicamente consistiram em economias que formam uma dinâmica com grande tendência a bolsões de pobreza e uma parcela significativa da população em condições de vida abaixo do mínimo para ter uma vida digna. Além disso, segundo Kerr *et al.* (2020) a pandemia da COVID-19 aprofundou as desigualdades já existentes no Brasil, não só produzindo um maior impacto em número de casos e óbitos nas regiões mais pobres, como o Norte e Nordeste, mas também promovendo o aumento da pobreza e o crescimento das disparidades raciais e étnicas.

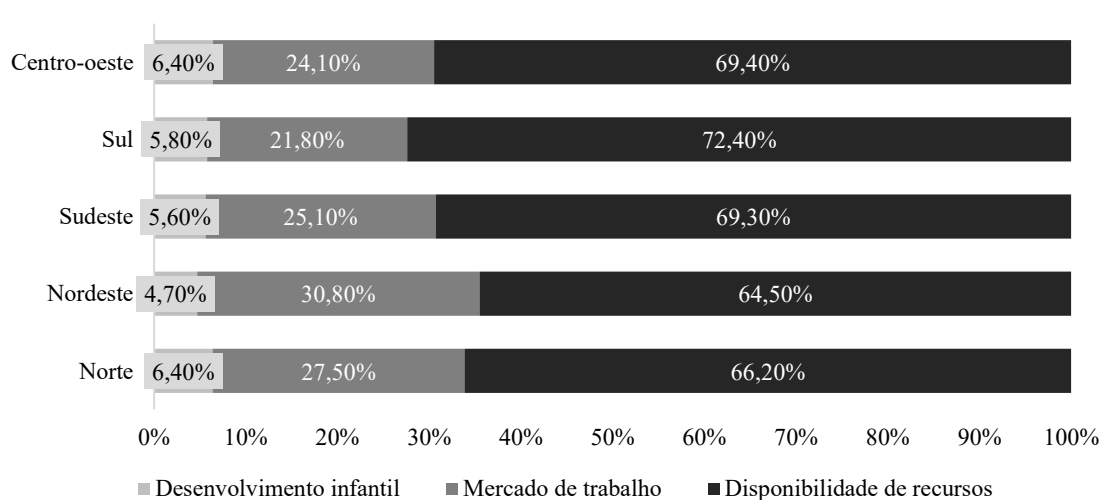
As Figuras 4 e 5 expõem a proporção ponderada de quanto cada dimensão contribuiu para a elaboração do índice total. Constatase que a dimensão de “Disponibilidade de Recursos” foi a que mais contribuiu e o “Desenvolvimento Infantil” foi a que menos contribuiu. A “Disponibilidade de Recursos” contribuiu em 70,8% na pobreza multidimensional do Centro-Oeste, em 2019. O “Mercado de Trabalho” no Centro-Oeste teve a maior variação entre os dois anos, sendo um aumento de 2 pontos percentuais. A “Disponibilidade de Recursos” no Sul não houve nenhuma modificação comparando um ano com o outro. Quando analisadas as dimensões de “Desenvolvimento Infantil” e “Disponibilidade de Recursos”, ambas tiveram uma queda em relação aos dois anos. O “Mercado de Trabalho” foi a única dimensão em que houve aumento.

Figura 4: Contribuição de cada dimensão no cálculo do IPM - 2019



Fonte: Elaboração Própria.

Figura 5: Contribuição de cada dimensão no cálculo do IPM de 2020

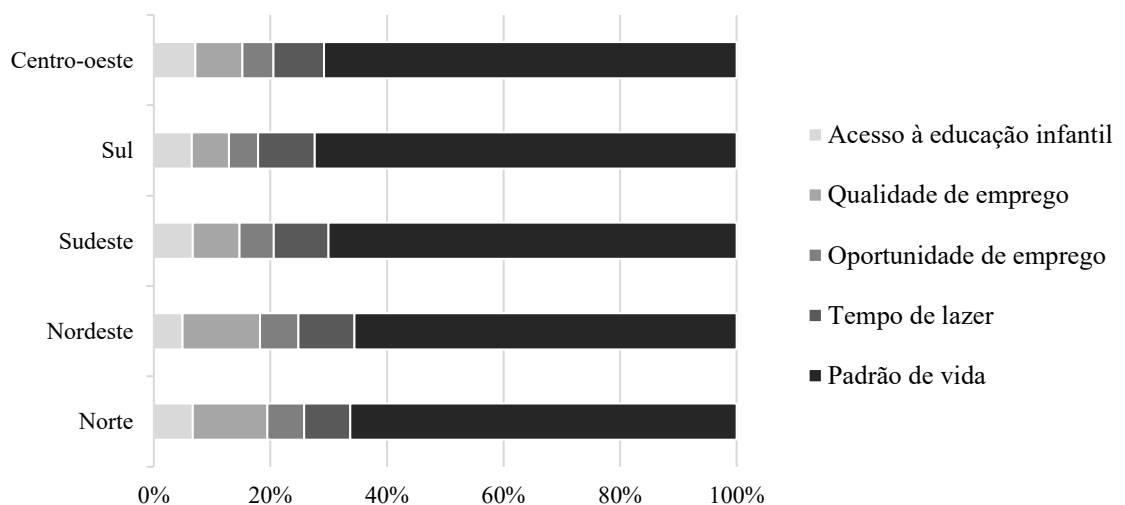


Fonte: Elaboração Própria.

Em relação à dimensão de “Desenvolvimento Infantil”, o maior valor é concentrado na região Centro-Oeste, já o “Mercado de Trabalho” e a “Disponibilidade de Recursos”, se concentram no Nordeste e Sul, respectivamente. Os menores valores do “Desenvolvimento Infantil” se encontram no Nordeste, do “Mercado de Trabalho” no Sul e da “Disponibilidade de Recursos” no Nordeste.

Para melhor discutir as questões apresentadas acima, é importante destacar que apesar do indicador de pobreza analisado pela renda ter representado mais da metade do índice, é necessário considerar outras dimensões. Segundo Bonfim, Camargo e Lamberti (2022), a falta de dinheiro não é a raiz principal do problema, visto que este é somente um mecanismo para vencer as privações. Segundo os autores, é possível superá-las permitindo os indivíduos desenvolverem capacidade intrínseca na sociedade para a viver uma vida plena, como educação e saúde (Bonfim; Camargo; Lamberti, 2022). Deve-se destacar, ainda, que a renda não é a única maneira de gerar capacidades, o indivíduo que possui uma renda elevada, não necessariamente possui um trabalho digno com tempo de lazer. Sua renda maior pode ser resultado de uma dupla jornada de trabalho que pode trazer consequências negativas para sua saúde mental e até mesmo física.

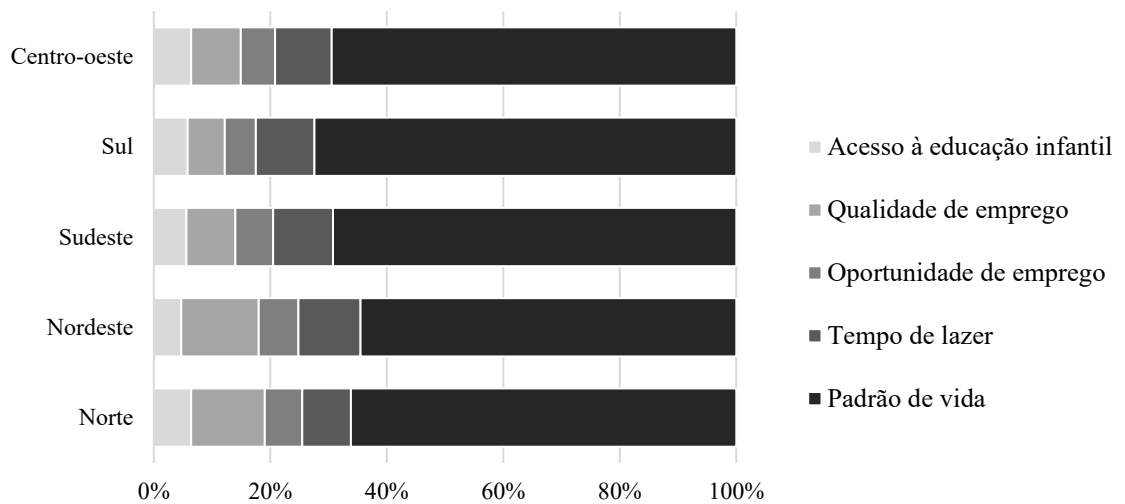
Figura 6: Contribuição de cada indicador no cálculo do IPM de 2019



Fonte: Elaboração Própria.

Em continuidade, as Figuras 6 e 7 expõem a proporção ponderada de quanto cada indicador contribuiu para a elaboração do índice total. Apesar de Silva e Strang (2020) afirmarem que a estrutura da educação infantil no Brasil é deficitária e precisa urgentemente ser revisada e expandida, ao analisar os gráficos, observa-se que o Acesso à Educação Infantil foi o que menos contribuiu para o valor do IPM e foi um dos indicadores que houve uma queda, mesmo que pequena, entre os anos. Apesar de ter sido o indicador que menos contribuiu, a Educação Infantil ainda é um assunto relevante. Ao comparar com outras dimensões que afetam a vulnerabilidade do indivíduo ela é menos urgente no curto prazo, entretanto é um dos meios mais eficientes para mudanças de longo prazo.

Figura 7: Contribuição de cada indicador no cálculo do IPM de 2020



Fonte: Elaboração Própria.

Adicionalmente, nota-se que o padrão de vida, também ou manteve ou teve uma queda ao comparar os dois anos, sendo notório seu peso no índice em todos os anos e regiões. No entanto, cabe destacar que nas regiões onde o IPM é maior, Nordeste e Norte, a qualidade do emprego é o segundo indicador com maior peso e nas outras regiões o segundo indicador com maior peso é o tempo de lazer.

Considerações Finais

A pobreza é um problema múltiplo, que abrange questões além da falta de recursos financeiros, como questões políticas e sociais. Entender sua complexidade é fundamental para o desenvolvimento de medidas eficientes para possibilitar uma sociedade mais justa. Apesar do Brasil ter uma melhora significativa nas últimas décadas, o problema da pobreza ainda vigora. O presente estudo analisou a pobreza, por meio da criação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) das regiões brasileiras para o ano de 2019 e 2020, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Para o cálculo deste índice foram selecionadas três dimensões (Desenvolvimento Infantil, Mercado de Trabalho e Disponibilidade de Recursos,) e cinco indicadores (Acesso a Educação Infantil, Qualidade de Emprego, Oportunidade de Emprego, Tempo de Lazer e Padrão de Vida). Sob a ótica da pobreza como privação de capacitações básicas, este trabalho utilizou o Método Alkire-Foster (AF). O método auxilia a determinação de políticas públicas de combate à pobreza, visto que abrange múltiplas dimensões, além da renda. Adicionalmente, possibilita a decomposição da análise por regiões brasileiras, de forma a expor a composição da pobreza em cada região, viabilizando analisar as dimensões e seus indicadores que mais auxiliam na composição da pobreza.

Os resultados obtidos na pesquisa mostraram que Padrão de Vida, Qualidade de Emprego, Tempo de Lazer foram os indicadores que mais contribuíram para a

elaboração do índice total. Ademais, foi verificado um aumento do Índice de Pobreza Multidimensional no período pandêmico comparado ao período anterior. Em termos regionais, a intensidade da pobreza aumentou em todas as regiões ao comparar o ano de 2019 com o ano de pandemia da COVID-19. Contudo, as regiões Norte e Sul tiveram a menor porcentagem de aumento. Cabe salientar, que as regiões mais vulneráveis à pobreza (maior IPM) são o Norte e Nordeste e as menos vulneráveis são o Sul e o Centro-Oeste.

É importante destacar as limitações das considerações alcançadas por esse estudo, os dados disponíveis impossibilitaram a utilização de outras dimensões, entre elas a Carência Habitacional, que consideraria o acesso a ativos e acesso às condições adequadas de moradia, uma vez que, para o ano de 2020 essas informações estavam indisponíveis.

Em suma, com base nos resultados, é importante que se tenha políticas direcionadas às famílias brasileiras no intuito de reduzir esses altos índices de pobreza aqui identificados, concentrando-se esforços para as regiões Nordeste e Norte onde a pobreza chega a ser quase o dobro da região Sul. Observa-se que a questão da renda familiar é a que mais contribui para IPM brasileiro, sendo importante políticas de transferências de renda para sua mitigação. E não somente políticas de transferências de renda, mas também a sua fiscalização e transparência para garantir que todos os beneficiários estejam recebendo de acordo com a sua realidade.

No entanto, observa-se que outras variáveis contribuem para essa pobreza, sendo essas possíveis intensificadoras da pobreza pela renda. Assim, políticas públicas para acesso à educação, para redução do trabalho precário e para mais oportunidades de emprego contribuiriam não apenas para reduzir a pobreza multidimensional, mas para reduzir a pobreza pela ótica da renda, trazendo multiplicadores importantes e dando condições para o rompimento da armadilha da pobreza. Isso vai de acordo com os resultados aqui encontrados em que a região Sul, que é a menos pobre, é a que apresenta a dimensão Mercado de Trabalho com menor peso no IPM, sendo também a que expressou menor percentual de pobres em todos os indicadores. Enquanto a que apresenta essa dimensão com maior peso é a região Nordeste, sendo ela a mais pobre e a que expressou maior percentual de pessoas privadas em todos os indicadores, exceto em relação ao de Educação Infantil, na qual ficou atrás apenas da região Norte.

Referências

- ALKIRE, S. et al. Is the Multidimensional Poverty Index robust to different weights, 2010.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. An axiomatic approach to identification and measurement of multidimensional poverty. 2009.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of public economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011a.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Understandings, and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. *The Journal of Economic Inequality*, v. 9, n. 2, p. 289-314, 2011b.



ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Measuring acute poverty in the developing world: Robustness and scope of the multidimensional poverty index. *World Development*, 59, 251–274. 2014.

ARENA, R. Programas de transferência de renda: uma análise do auxílio emergencial. Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, 4 nov. 2021.

BALBINO, T. F.; DA CRUZ, A. C.; ANTIGO, M. F. A Pobreza Rural e Urbana Brasileira sob a Ótica das Privações: Uma Análise Regional a partir de Dados Domiciliares de 2005 a 2019. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 15, n. 1, p. 28-56, 2021.

BANCO MUNDIAL. World Bank Open Data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.UMIC?end=2022&locations=IW-BR&start=2019&view=chart>>. Acessado em Jun, 2023.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

BATISTA, A. Essays on Multidimensional Poverty and Gender in Brazil. Departamento de Economia Aplicada UFV, Viçosa, 2023.

BEZERRA, F. D.; KHAN, A. S.; ROCHA, L. A. Condicionantes da pobreza multidimensional nos municípios do Ceará pós-Constituição Federal de 1988. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 46, n. 4, p. 155-176, 2015.

BONFIM, E. L.; CAMARGO, C. F.; LAMBERTI, E. Análise do pensamento de Amartya Sen sobre pobreza como privação de capacidade, e sua relação com o Brasil atual. *Revista Jurídica Direito, Sociedade E Justiça*, v. 9, n. 13, p. 47-60, 2022.

BRADY, D.; BURTON, L. M. (Ed.). *The Oxford handbook of the social science of poverty*. Oxford University Press, 2016.

BRIDI, M. A. et al. O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. 2008.

DEATON, A. A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade. Editora Intrínseca, 2017.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, p. 1–21, 2016.

GALLO, C. R.; ROCHE, J. M. Las dimensiones de la pobreza en Venezuela y sus cambios entre 1997 y 2010: propuesta de una medida multidimensional. Banco Central de Venezuela. Colección Economía y Finanzas. Serie Documentos de Trabajo. N° 126. 2011.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *Desigualdade e Pobreza No Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 81–107. 2000.

KAPPEL, D. B. Índice de desenvolvimento infantil no Brasil: uma análise regional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 232-240, 2007.



KERR, L., et al. "COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados." *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4099 -4120, 2020.

MELO, M. V. O.; SILVA, V. C. M. O Panorama da pobreza no Brasil de 2016 a 2018. *Diversitas Journal*, v. 7, n. 1, p. 0356-0374, 2022.

MOURA, E. A. C. Auxílios emergenciais de combate à pandemia: avaliação dos impactos sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil em 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, 9(2-3), 33-59. 2003

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. IPEA. Brasília, 2011.

OTTONELLI, J. Pobreza multidimensional na região Nordeste: uma aplicação da Teoria dos Conjuntos Fuzzy. Dissertação (Mestrado) – Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2013.

QUINZANI, M. A. D. O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da covid-19 e o estado de bem-estar social. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 2, n. 6, p. 43-47, 2020.

RAMOS, C. L. O Impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade durante a pandemia do Coronavírus. Dissertação (Mestrado em Economia e finanças) FGV, Rio de Janeiro, 2021.

RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, Fabio et al (org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RAVALLION, Martin. *The economics of poverty: History, measurement, and policy*. Oxford University Press, 2015.

RIBEIRO, Camila Oliveira; BAGOLIN, Izete Pengo. Covid-19 no Brasil: os impactos sobre a desigualdade de renda em 2020. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 35, n. 2 (64), 2023.

ROCHA, S. On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement. In: *Seminar on Poverty Statistics*. Santiago, 1997.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, C. T. Mudanças no perfil de pobreza no Brasil: uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. Doctor Scientiae Thesis—Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 15 jan. 2014.

SANTOS, Matheus Henrique; ALMEIDA, Ana Cecilia. Feminização da pobreza: Uma análise sobre privações em aspectos relacionados à pobreza em tempos de COVID19 para o caso brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Economia – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2023.

SEN, A. Development: Which way now? *The economic journal*, v. 93, n. 372, p. 745 762, 1983.

SEN, G. Engendering poverty alleviation: Challenges and opportunities. 1999.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letas, Título original: Development as freedom. 2018

SILVA, A. F. et al. Análise da pobreza multidimensional no Brasil no período de 2009 a 2015. Revista Econômica do Nordeste, v. 48, n. 2, p. 9-24, 2017.

SILVA, J. J.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, p. 138-160, 2020.

SILVA, L. H. G. da; STRANG, B. de L. S. A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. Pro-Posições, v. 31, p. 1-19, 2020.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

TAVARES, F.; BETTI, G. The pandemic of poverty, vulnerability, and COVID-19: Evidence from a fuzzy multidimensional analysis of deprivations in Brazil. World Development. Siena, Italy. Dezembro, 2020.

VIEIRA, C; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: Uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Junho, 2017.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. 1-4, 2020.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.